

## POLÍTICA ECONÔMICA

# Economistas apontam caminho a Collor

*Os economistas podem ter dúvidas quanto ao que o novo presidente da República gostaria de fazer para consertar o País. Mas têm algumas certezas em relação ao que ele terá de fazer. Fernando Collor de Mello chegará ao Palácio do Planalto, em março, com uma inflação nas vizinhanças de 70% ao mês — que é desastrosa para o País, seja ela definida como superinflação, hiperinflação ou qualquer outro neologismo do economês. Exatamente por isso, o risco de que o atual desaquecimento do mercado se transforme em recessão é muito grande.*

*Não é impossível prever, portanto, quais as medidas que Collor de Mello irá adotar, logo à sua entrada no governo. Congelamento de preços é quase um consenso*

*entre os economistas — apenas Dionísio Carneiro, da PUC carioca, condena formalmente essa alternativa. Maxidesvalorização cambial, na faixa dos 30%, também está na cabeça de grande parte dos economistas. Todo mundo reconhece que a reivindicação de máxi é justificada, pois o governo vem sacrificando a correção cambial para segurar a inflação. A grande incerteza, no entanto, se refere às reformas mais profundas prometidas pelo novo presidente durante toda a campanha — ou seja, ajuste fiscal e abertura da economia. Os compromissos políticos de Collor de Mello e as pressões, num ano de eleições para o Congresso, devem, senão derrubar, pelo menos adiar essas mudanças.*

## Crescimento zero ou queda

A eleição de Fernando Collor deverá assegurar maior confiabilidade aos indexadores de preços e aos títulos da dívida pública. O mercado financeiro fica mais calmo e diminui o risco de hiperinflação. É verdade que a aceleração da inflação deve persistir: em março, a taxa mensal pode estar entre 70% e 90%. Mas trata-se ainda de uma superinflação e não de hiperinflação, que se caracteriza por total desorganização dos mercados.

A minha impressão é de que será muito difícil escapar de um novo congelamento de preços. Além disso terá de ser feito algum acerto cambial. Não acredito que o atual governo adote qualquer

medida mais forte, como a maxidesvalorização cambial. O que a equipe econômica do governo Sarney pode fazer, se a posse de Fernando Collor não for antecipada, é um ajuste de tarifas públicas, como preparação de terreno para a próxima administração.

Difícilmente, porém, em ano de eleições para o Congresso, o novo presidente terá condições de promover reformas mais profundas na economia, principalmente na área fiscal. A perspectiva para 1990 é crescimento zero até queda de 2% no PIB. A recessão virá pela aceleração da inflação ou pela política de ajuste do governo.

□ Geraldo Gardenalli, da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo)

## Tudo, menos o congelamento

Não sei o que o Fernando Collor vai fazer na economia e muito menos como ele irá enfrentar as limitações políticas do seu governo. Mas sei que a prioridade é o combate à inflação. E para isso todas as armas devem ser usadas, menos o congelamento de preços que, como vimos em outras ocasiões, não deu certo.

Basicamente, o novo governo precisará adotar todas as medidas que já estavam nos planos anteriores, mas até agora não foram aplicadas. Não há mais discussão em torno dessas medidas, mas em relação à forma como serão aplicadas. Estou me referindo à reforma fiscal, corte de despesas públicas, política de rigor monetário, política de preços compatível com política de salários, privatização de companhias estatais e outras coi-

sas que já vêm sendo defendidas há algum tempo.

Sem combate à inflação não haverá governo. O exemplo da Argentina ainda está muito presente. Depois de debelada a inflação, fica bem mais fácil elaborar um plano para retomada do desenvolvimento. É que, com a inflação sob controle, a economia voltará gradualmente a se organizar.

A questão da recessão é uma resposta ao programa de combate à inflação. De início, a tendência é que a sociedade e os agentes econômicos não acreditem nesse programa. Por isso, o governo terá de provocar uma recessão, para que o processo inflacionário não seja retomado.

□ Dionísio Carneiro, da PUC (Rio de Janeiro)



Waldemar Padovani/AE - 25/8/89

Bresser: "A sociedade já vive num verdadeiro 'salve-se quem puder'"

## Sobre um barril de pólvora

A governabilidade do País, na próxima administração, depende muito do que a atual fizer neste final de mandato. O governo Sarney deveria impor um novo choque econômico. Quanto mais alta é a inflação, mais difícil fica a estabilização depois do choque. Eu previa que o ponto de equilíbrio da inflação seria em torno de 50% ao mês, mas agora já estou pensando em algo como 60% a 70%. Se o atual governo não tomar nenhuma providência, pode-se avaliar a hipótese de antecipar a posse de Fernando Collor.

O novo presidente vai sentar num barril de pólvora. A herança do atual governo ainda não pode ser completamente avaliada. Há

uma perspectiva séria de crise cambial, devido à decisão suicida do atual governo de segurar as desvalorizações do cruzado para conter a inflação. A nova equipe terá de partir para uma renegociação da dívida externa. Além disso, os juros elevados fomentam cada vez mais a especulação. E o rápido crescimento da dívida ameaça transformá-la numa bomba de efeito retardado.

E o pior: o programa anunciado por Collor — choque fiscal, retirada de subsídios e privatização — não tem nada que ver com os problemas mais urgentes. O cenário para 1990 é de agravamento da desorganização da economia.

□ Dércio Munhoz, da Universidade de Brasília



Kenji Honda/AE - 28/6/89

Elói de Toledo: "Em 1990, haverá um novo adiamento da crise"

## Será difícil acordo com a CUT

Fernando Collor terá muita dificuldade em aglutinar forças políticas para apoiar o seu programa de governo, principalmente dentro da liderança dos trabalhadores. Mesmo tendo o apoio da CGT, é a CUT que congrega a maioria dos trabalhadores do País. Mas, por outro lado, o empresário brasileiro que o apóia não terá dificuldade em firmar um acordo para tornar viável o seu programa de governo.

A falta de engajamento da classe trabalhadora nas medidas econômicas do próximo governo é a principal dificuldade que o novo presidente encontrará para executar o seu projeto de desenvolvimento. De imediato para 1990, o

próximo governo tem de dar prioridade ao combate à inflação. Não pode ser através de choque, porque colocaria em risco a credibilidade de Collor. Também não pode ser através de congelamento, medida já bastante desgastada. É preciso organizar um combate gradual à inflação, com metas estabelecidas. Nesse ponto, Collor enfrenta mais uma vez a resistência dos trabalhadores.

Junto ao combate à inflação, o novo governo tem de recompor o mais rapidamente possível as contas públicas, aumentando as receitas, com a reforma fiscal e o enxugamento da máquina administrativa.

□ João Saboya, da UFRJ

## Hiperinflação no 2º semestre

Até a chegada do novo governo, a inflação já deverá estar em 60% a 70% ao mês. É o que se pode chamar de "hiperinflação indexada". A situação não explode, parece sob controle, mas os salários reais perdem, a especulação frequentemente ganha e o mercado financeiro se desorganiza. Já vivemos num verdadeiro "salve-se quem puder". Fernando Collor assumirá a Presidência em condições muito difíceis. O cruzado hoje sobrevalorizado força a redução das exportações, o aumento das importações e a queda de reservas. O Brasil está, portanto, à beira de uma crise cambial, que é a segunda fonte de explosão inflacionária. A primeira é a fuga de dinheiro do overnight para bens reais.

Collor provavelmente vai fazer uma maxidesvalorização cambial e um novo congelamento de preços e vai anunciar, num gesto dramático, a privatização de estatais. Mas provavelmente não vai fazer o ajuste fiscal prometido. Os setores que o apóiam são justamente os mais beneficiados por incentivos fiscais e por baixos impostos. A inflação, então, vai cair por um ou dois meses e depois volta a subir, com força total. É inevitável uma hiperinflação no segundo semestre. A recessão virá como consequência da hiperinflação e não como efeito colateral de um ajuste global da economia, como seria ideal.

□ Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Fazenda.



AE - 11/12/76

Dércio Munhoz: "Sarney deveria impor um novo choque econômico"

## Medidas anunciadas não virão

O novo presidente da República certamente irá fazer um novo congelamento de preços, uma desvalorização cambial e algum tipo de desindexação. Não haverá outro jeito, pois, até março, a inflação já deverá estar em 60% a 65% ao mês. E até o presidente tomar pé da situação e baixar um pacote, já deverá atingir os 75%.

Fernando Collor, porém, certamente não fará as mudanças mais profundas que está anunciando, como a reforma fiscal e a abertura da economia. A crise não será tão grave a ponto de convencer a sociedade da necessidade dessas mudanças: o atual desaquecimento das atividades econômicas a curto prazo não deverá se transformar

em recessão. Além disso, a esperança num novo governo e o efeito do congelamento de preços provocarão uma queda imediata da inflação — o que desestimulará, mais uma vez, um programa de ajuste. Por último, as eleições para o Congresso, no final do ano, também dificultam qualquer ação mais dura do governo.

O ano de 1990, portanto, deverá ser marcado por um novo adiamento da crise econômica. A inflação vai cair num primeiro momento, por conta do choque, e voltará ao pico num prazo de cinco a seis meses. Depois das eleições, aí sim, haverá uma crise séria.

□ Joaquim Elói Cirne de Toledo, da USP